

aventura” y la realidad material de millones de personas que hoy parecen vivir simplemente *en peligro*.

DUCROT, O. & TODOROV, T., 1979. *Diccionario Enciclopédico de las Ciencias del Lenguaje*. México, DF: Siglo Veintiuno Editores.

Carlos Machado
de Freitas

Centro de Estudos em Saúde
do Trabalhador e Ecologia
Humana, Escola Nacional
de Saúde Pública, Fundação
Oswaldo Cruz, Rio de
Janeiro, Brasil.
cmfreitas@ensp.fiocruz.br

Diferentes atitudes frente ao risco e diferentes projetos de modernidade

O debate sobre o termo *risco* e seus discursos na modernidade são um tema atual e de grande importância para o campo da Saúde Pública, pois sempre nos remete à possibilidade de debatermos diferentes projetos de sociedade e de modernidade.

O termo *risco* surge com o próprio processo de constituição das sociedades contemporâneas a partir do final do Renascimento, quando ocorreram intensas transformações sociais e culturais associadas ao forte impulso nas ciências e nas técnicas, às grandes navegações e à ampliação e fortalecimento do poder político e econômico de uma nascente burguesia (Freitas, 1997). Constitui-se em uma das formas de expressão de um projeto de organização social, política, econômica e cultural que, tendo suas origens na nascente burguesia da Europa Ocidental, foi cada vez mais se estendendo sobre todo o planeta e se intensificando nas sociedades que atingiu. Neste projeto, o homem, através de ações racionais que objetivavam ordenar o mundo em que vive, deve determinar seu próprio futuro, transformando-o em um território a ser conquistado ou colonizado e que lhe possibilitará alcançar a liberdade, a felicidade ou a satisfação das suas necessidades (Giddens, 2000; Toraine, 1994).

Neste processo histórico dois fundamentos moldaram o termo *risco* e suas aplicações na modernidade, sendo estes: a *perspectiva utilitarista* e a *concepção elitista de democracia*.

Para a *perspectiva utilitarista*, as ações racionais dos indivíduos deveriam ser orientadas para determinados fins com o objetivo de alcançar os melhores resultados; felicidade, utilidade, satisfação, entre outros, sendo o mercado o protótipo do processo que liga as preferências individuais às escolhas sociais e sua legitimação. Orienta a luta pela própria sobrevi-

vência e a busca para a prosperidade em um mundo dominado por aparente caos e incertezas, permitindo substituí-lo por outro, dominado pela ordem e a previsibilidade (Freitas, 1997).

A *concepção elitista de democracia* se encontra na base do que Giddens (1990) denomina de sistemas abstratos de confiança, que envolvem as instituições da modernidade que organizam os principais aspectos de nossa vida cotidiana e que se encontram vinculadas às questões decisivas relativas à segurança, risco e perigo no mundo moderno. Para a *concepção elitista de democracia*, a preocupação maior é manter a estabilidade de um sistema social baseado no utilitarismo. A limitação da participação dos cidadãos nos processos decisórios não é apenas aceita, mas também justificada como sinal de fé e lealdade para com o sistema e suas elites técnicas e políticas, essas sim, capazes de realizar os melhores julgamentos para a maximização de ganhos para todos (Freitas, 1997).

Na modernidade tardia, assistimos ao triunfo do projeto de uma sociedade industrial e capitalista, em que as preferências individuais e escolhas sociais reproduzem, em maior ou menor grau, uma ordem instrumentalmente racional que tem como referência o mercado. Entretanto, falhou a perspectiva de que a expansão e intensificação da intenção de controle de riscos modernidade, como modo de regular, normatizar e submeter o futuro ao nosso domínio, representaria para muitos a liberdade, a felicidade ou a satisfação de suas necessidades. Hoje, somos todos forçados a reconhecer a imprevisibilidade das ameaças provocadas pelo desenvolvimento técnico-industrial e a procurar modos diferentes de relação com a incerteza, tornando-se obscurecido o horizonte de um mundo e um futuro controlados pela razão instrumental (Beck, 1997; Giddens, 2000).

Neste contexto atual, conforme observa Beck (1997), alguém que considere o mundo como um *risco* irá se tornar incapaz de agir, de modo que vem se produzindo o oposto, sendo o risco-aventura apenas uma das diversas atitudes constituídas para enfrentar a imprevisibilidade dos riscos modernos. Thompson & Wildavsky (1983), por exemplo, na perspectiva de uma teoria cultural dos riscos, identificam cinco atitudes, tais como: *indivíduos atomizados* (a vida é uma loteria, os riscos estão fora de controle e a segurança é uma questão de sorte), *burocratas* (riscos são aceitáveis enquanto as instituições têm rotinas para controlá-los), *eremitas* (riscos são aceitáveis enquanto não envolvem a coerção de outros), *igualitários* (riscos deveriam ser evitados a menos que sejam

inevitáveis para proteger o bem público) e *empreendedores* (riscos oferecem oportunidades e devem ser aceitos em troca de benefícios). Estas diferentes atitudes, como observam os autores, manifestam que as escolhas dos riscos e de como viver, são tomadas conjuntamente, já que a seleção das formas de organização social predispõe as pessoas a selecionarem determinados riscos em detrimento de outros e de outras formas de organização social. Também manifestam as contradições de um projeto de modernidade para o qual as ações racionais que buscam ordenar o mundo, deveriam ter como fundamentos somente a *perspectiva utilitarista* e uma *concepção elitista de democracia*.

O que se encontra por trás das atitudes e discursos sobre o risco e dos debates que lhe acompanham na modernidade são diferentes projetos de sociedade. Dentre esses projetos podemos considerar que o risco-aventura simboliza aquilo que Giddens (1990) denomina de radicalização do projeto da modernidade. Na sua forma mais ambiciosa, aprofunda o individualismo e afirma que o homem é o que ele faz, reduzindo a sociedade e nossas vidas a uma empresa lutando para sobreviver num mercado internacional. Os poderes ocultados passam cada vez mais a ser definidos em termos de gestão e de estratégia, que individualizadas e restritas ao espaço privado, deixam, como observa Torraine (1994), apenas um abismo sem fundo lá onde havia o espaço público, social e político. Trazer para o debate outras atitudes e discursos sobre os riscos na modernidade, que envolvem outros projetos de sociedade, como os que orientam as críticas dos jovens, partidos de esquerda e organizações não-governamentais ao processo de globalização em curso e seus riscos para a saúde e o meio ambiente é, então, de vital importância. Spink perde essa oportunidade, ao limitar sua abordagem a apenas uma perspectiva do risco.

- BECK, U., 1997. A reinvenção da política: Ruma a uma teoria da modernização reflexiva. In: *Modernização Reflexiva – Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna* (U. Beck, A. Giddens & E. Lash, org.), pp. 11-71. São Paulo: Editora Unesp.
- FREITAS, C. M. & GOMEZ, C. M., 1997. Análise de riscos tecnológicos na perspectiva das Ciências Sociais. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 3:485-504.
- GIDDENS, A., 1990. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Editora Unesp.
- GIDDENS, A., 2000. *Mundo em Descontrole – O Que a Globalização está Fazendo de Nós?* Rio de Janeiro: Editora Record.
- THOMPSON, M. & WILDAVSKY, A., 1983. A proposal to create a cultural theory of risk. In: *The Risk Analysis Controversy – An Institutional Perspec-*

tive (H. C. Kunreuther & E. V. Ley, ed.), pp. 145-161. Berlin: Springer-Verlag.

TOURAINÉ, A., 1994. *Crítica da Modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

Rita Barradas Barata

Santa Casa de Misericórdia,
São Paulo, Brasil.
ch.medsoc@santacasasp.org.br

O artigo em questão apresenta uma diversidade de muito grande de planos de análise tornando relativamente temerária a tarefa de debatê-lo. Para não incorrer então nas inúmeras “armadilhas” apresentadas pela autora, optei por colocar-me estritamente da perspectiva de um praticante da Epidemiologia, campo no qual o conceito de risco desempenha papel nuclear.

O conceito de risco, estrito senso, em qualquer campo de saber científico ou tecnológico em que venha a ser utilizado, tem um único e preciso significado: probabilidade de ocorrência de um evento de interesse. Entretanto, quando se trata de olhar, como faz a autora, para a linguagem em uso ou para os usos da linguagem em diferentes domínios do saber, aí incluído o plano do cotidiano, ocorre uma verdadeira “explosão polissêmica” que esvazia o conteúdo estritamente conceitual da palavra risco, dando lugar a uma noção multifacetada, carregada de valor.

Mantendo-se fiel ao conceito de risco, não haveria como atribuir-lhe conotações negativas ou positivas, visto que o cálculo da probabilidade de ocorrência de um evento é em si mesmo, um procedimento neutro. Todavia, as atribuições de sentido operadas no interior das práxis discursivas conferem à noção de risco ora sentidos positivos, como alguns daqueles pontuados pela autora ao apresentar a idéia de risco-aventura, ora sentidos negativos, como ocorre mais freqüentemente no interior do discurso epidemiológico e na prática em Saúde Pública.

Os variados usos que a palavra risco tem, principalmente no cotidiano, correspondem freqüentemente a um processo de reificação do conceito levando à confusão entre a possibilidade de ocorrência de um evento e as circunstâncias ou elementos “responsáveis” por essa ocorrência. Este efeito pode ser verificado no próprio texto aqui analisado quando a autora se refere ao fato de que na etapa pré-capitalistas “*esses eventos (terremotos, furacões e outras desgraças) não eram denominados riscos. Eram referidos como perigos, fatalidades, hazards...*”. Aqui, a primeira armadilha nesse